

Editorial:

O Encantamento: política e ciência em tempos de mortandade

Encerramos a editoração deste número atravessadas por dados duros, mas, sobretudo, por sentidos em disputa. Os índices de feminicídio no Brasil não se deixam ler como simples estatísticas: eles reiteram um projeto histórico de desencantamento do mundo, no qual a morte de mulheres, especialmente mulheres negras, pobres e periféricas, é naturalizada como parte do funcionamento ordinário da vida social. Não estamos diante de exceções, mas do que Rufino e Simas nomeiam como mortandade: uma política ativa de produção de escassez, apagamento e desumanização, sustentada pelo machismo estrutural, pela misoginia, pelo racismo e por um Estado que insiste em operar seletivamente quando se trata de quem pode ou não viver (Simas; Rufino, 2020).

Esse cenário não se explica sem o carregamento colonial que ainda pesa sobre nossos corpos, saberes e instituições. O carregamento não é apenas memória do passado, mas herança ativa de uma engenharia de mundo que separa, hierarquiza e administra a vida segundo critérios de utilidade, produtividade e controle. É ele que transforma corpos em descartáveis, saberes em ruído e experiências em irrelevância. O colonialismo, como lembram Rufino e Simas (2020), não terminou: ele segue lançando seus venenos, atualizando suas formas de desencanto e refinando seus mecanismos de captura.

Os textos reunidos nesta edição se inscrevem como enfrentamento a esse desencanto. Eles recusam leituras simplificadoras da realidade social e assumem que produzir conhecimento comprometido com a vida exige lidar com o conflito, o desconforto e o mal-estar. Machismo, preconceito, desigualdades raciais, de gênero, de classe e de condição corporal aparecem aqui não como desvios pontuais, mas como engrenagens de uma racionalidade moderna/colonial que organiza o mundo por exclusões, silenciamentos e hierarquias. Trata-se, portanto, de tensionar a própria ideia de neutralidade científica, compreendendo-a como parte do problema e não como solução. E para além, como implicada com a vida!

É nesse ponto que as ações afirmativas emergem como mais do que política pública: elas se afirmam como gesto ético, epistemológico e de Encantamento. Ao questionarem a falsa universalidade do mérito, denunciam a colonialidade do saber e do poder e recolocam a igualdade no terreno do enfrentamento histórico das desigualdades. Pensar ações afirmativas é

disputar narrativas, pertencimentos e modos de existir, sobretudo em instituições como a universidade, a escola e o mercado de trabalho, historicamente organizadas para produzir exclusões. Nesse movimento, há um deslocamento importante: não se trata apenas de incluir corpos, mas de “Encantar” estruturas, tensionando os fundamentos que sustentam o desencanto institucional.

Este número se deixa atravessar, assim, por uma noção central em Rufino e Simas: o Encantamento. Longe de qualquer romantização, o Encantamento é tomado por nós como política de vida, como método e como ética. Encantar não é fugir da realidade, mas enfrentá-la a partir de outros regimes de sentido. É reconectar aquilo que a modernidade colonial separou: razão e corpo, ciência e vida, conhecimento e ancestralidade. O encantamento se opõe à lógica do desencanto moderno, marcada pela objetificação, pela neutralidade e ruptura entre o humano e o mundo (Simas; Rufino, 2020).

Nesse viés, produzir ciência é também produzir mundo vivo. E o mundo produzido pelo desencanto é aquele que adoece, interrompe ciclos, desativa vínculos comunitários e transforma a morte em rotina. O Encantamento, ao contrário, afirma a vida como princípio comunitário, ancestral e ecológico. Ele exige envolvimento, escuta e responsabilidade com os mundos que ajudamos a sustentar. Enfrentar a violência de gênero, o racismo, a misoginia, a exclusão das pessoas com deficiência ou a regulação violenta dos corpos na escola demanda mais do que diagnósticos frios: demanda implicação ética e política.

É entre crítica e Encantamento que se organiza o percurso desta edição. Os artigos aqui reunidos caminham das estruturas históricas de desigualdade às disputas contemporâneas de sentido, linguagem e pertencimento, compondo um mosaico que tensiona o carregamento colonial e afirma a vida como princípio político.

Abrimos o número com o artigo de Caio Vinicius dos Santos Silva, que analisa a trajetória das ações afirmativas no ensino superior brasileiro. Ao recuperar as experiências pioneiras e os desafios contemporâneos das políticas de cotas, o texto explicita como essas ações emergem das lutas históricas do movimento negro e se afirmam como enfrentamento direto à colonialidade do saber e do poder. Nesse gesto, a universidade é convocada a abandonar o desencanto meritocrático e a se reencantar como espaço de justiça histórica.

Na sequência, Patrícia Vicentini de Carvalho amplia esse debate ao discutir a inclusão da pessoa surda no ambiente de trabalho. O artigo desloca a inclusão do plano discursivo para o campo das práticas institucionais, evidenciando como pertencimento e acolhimento são dimensões centrais de uma política de vida. Ao tensionar a lógica produtivista,

o texto revela o quanto o desencanto se atualiza na exclusão de corpos dissidentes e o quanto o Encantamento exige transformação estrutural.

O eixo das violências de gênero se adensa com o artigo de Mike Tavares, que, a partir da obra “O mundo se despedaça”, de Chinua Achebe, articula literatura, estado de exceção e patriarcado. A violência contra a mulher é compreendida como estrutura simbólica profunda, atravessada pela tradição e pela modernidade, revelando como o carrego colonial organiza relações de poder e naturaliza a mortandade feminina.

Ainda nesse campo, o artigo de Larissa de Abreu Duarte, Carlos Manoel Lopes Rodrigues e Eduardo de Freitas Bernardes desloca o debate para os ambientes digitais, analisando comunidades *Redpill* no *Reddit*. A misoginia, a rejeição e a construção de identidades masculinas baseadas na negação da igualdade de gênero aparecem como expressões contemporâneas do desencanto, revelando novos territórios de radicalização e disputa política.

A reflexão teórica se aprofunda com o texto de Gustavo Gabaldo Grama de Barros Silva, que discute os critérios de criticidade em Luc Boltanski, Nancy Fraser e Rahel Jaeggi. Ao tensionar as relações entre teoria, normatividade e prática, o artigo contribui para pensar os limites e as possibilidades de uma crítica social comprometida com a transformação do mundo, sem ceder à neutralidade desencantada.

O diálogo entre tradição, sentido e pertencimento aparece no artigo de Vitor Cesar e Jessica Tamires, que analisa comunidades tradicionalistas a partir da centralidade do sentimento religioso. Em contraponto à liquidez moderna, o texto evidencia outras formas de produzir vínculos e sentidos de mundo, revelando que o Encantamento também se manifesta em modos coletivos de habitar o tempo e a vida.

No campo da educação e da linguagem, Simone Pinheiro analisa gêneros textuais utilizados nas séries iniciais do ensino fundamental da Amazônia acreana, evidenciando como discursos aparentemente neutros regulam corpos e produzem subjetividades desde a infância. O artigo explicita a dimensão política da linguagem escolar e o papel da educação na reprodução — ou no enfrentamento do chamado carrego colonial.

A educação antirracista e a memória histórica ganham centralidade no artigo de Gabriela de Melo, que propõe uma abordagem pedagógica da escravização feminina a partir do “Diário do Rio de Janeiro”. Ao reinscrever mulheres negras como sujeitas históricas, o texto opera um gesto de Encantamento pedagógico, rompendo com silenciamentos históricos e estereótipos persistentes.

O Encantamento como prática educativa também se expressa no artigo de Luiz Henrique Rodrigues e Silva, Macilene Amorim da Silva e Silane Caminha de Oliveira, que apresenta a criação de um banco de atividades de letramento digital em Língua Portuguesa. O trabalho aposta em práticas pedagógicas que dialogam com as linguagens digitais e com a experiência dos estudantes, ampliando possibilidades de leitura, escrita e participação.

A tarefa de tornar lúcida a presença do grande aparato ideológico presente no Capital para moldar as mentes, intenções e esforços dos individuais para servir ao desenvolvimento da nação é trazida pela autora Noélia Nunes da Silva. A autora faz uma reflexão sobre o desencantamento do sistema capitalista. Assim, nos deparamos com a noção de que até a educação vem contribuindo para fazer os sujeitos perpetuarem as ideias de meritocracia, numa sociedade cada vez mais competitiva, onde prevalecem o “ter” e o “ser”.

Encerramos o número com a resenha de Thais Andrade de Assis, que discute raça, classe e gênero a partir da problemática do encarceramento em massa no Brasil. Ao articular crítica social e compromisso político, o texto evidencia o sistema penal como expressão extrema do carrego colonial e da política de mortandade que marca a sociedade brasileira.

Cada contribuição proposta nos textos, à sua maneira, enfrenta o desencanto e aposta na possibilidade de reEncantar o mundo. Encantar, aqui, significa reativar vínculos, reconhecer saberes historicamente desqualificados, afirmar a pluralidade das existências e produzir ciência implicada com a vida. Entre denúncia e anúncio, reafirmamos, com Rufino e Simas, que o contrário da vida não é a morte, mas o desencanto, e que produzir conhecimento hoje é escolher, coletivamente, políticas de Encantamento que tornem o mundo novamente coletivo e social.

A Mal-Estar e Sociedade neste número se propõe a divulgar ciência implicada com a vida. Nosso convite hoje é ao reEncantamento! Boa leitura!

Janaína de Assis Rufino

Referências

RUFINO, Luiz. **Pedagogia das encruzilhadas**. Rio de Janeiro: Mórula, 2019.

RUFINO, Luiz; SIMAS, Luiz Antonio. **Encantamento**: sobre política de vida. Rio de Janeiro: Mórula, 2020.

SIMAS, Luiz Antonio; RUFINO, Luiz. **Flecha no tempo**. Rio de Janeiro: Mórula, 2019.